

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 302/2011

de 2 de Dezembro

O Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 491/2009, do Conselho, de 25 de Maio, promoveu a uniformização e harmonização das práticas enológicas autorizadas e das restrições aplicáveis à produção e à comercialização de produtos do sector vitivinícola, estabelecendo o Regulamento (CE) n.º 606/2009, da Comissão, de 10 de Julho, as suas regras de execução.

De acordo com o disposto no n.º 3 do anexo I-C do referido Regulamento, os Estados membros podem estabelecer derrogações aos limites do teor de acidez volátil definidos, relativamente aos vinhos produzidos nos respectivos territórios.

Neste sentido, de forma a garantir e salvaguardar as especificidades de alguns produtos vitivinícolas nacionais, importa definir os limites do teor de acidez volátil para os vinhos licorosos e para os vinhos com denominação de origem (DO) e com indicação geográfica (IG) que tenham sido sujeitos a um período de envelhecimento de pelo menos dois anos ou que tenham sido elaborados segundo métodos especiais.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Agricultura, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 46/2007, de 27 de Fevereiro, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do despacho n.º 12412/2011, de 20 de Setembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria estabelece, para o território nacional, os limites do teor de acidez volátil para os vinhos licorosos e para os vinhos com denominação de origem (DO) e com indicação geográfica (IG) que tenham sido sujeitos a um período de envelhecimento de pelo menos dois anos ou que tenham sido elaborados segundo métodos especiais, sem prejuízo da definição de limites mais restritivos pelas entidades certificadoras.

Artigo 2.º

Vinhos com DO e IG

O teor máximo de acidez volátil dos vinhos com direito a DO e IG com a menção «colheita tardia» é fixado em 30 meq/l.

Artigo 3.º

Vinhos licorosos

1 — O teor máximo de acidez volátil dos vinhos licorosos é fixado em 30 meq/l.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior:

a) Os vinhos licorosos com direito à DO Madeira, cujo teor máximo de acidez volátil é fixado em:

i) 20 meq/l para os vinhos com idades inferiores ou iguais a 10 anos;

ii) 25 meq/l para os vinhos com idades superiores a 10 e inferiores a 20 anos;

b) Os vinhos licorosos com direito à DO Porto e Moscatel Douro, cujo teor máximo de acidez volátil é fixado em 20 meq/l para os vinhos com idade igual ou superior a 10 e inferior a 30 anos;

c) Os vinhos com direito à DO Setúbal, com os designativos tradicionais «Moscatel de Setúbal» e «Moscatel Roxo» ou «Roxo», cujo teor máximo de acidez volátil é fixado em 25 meq/l para vinhos com idade igual ou inferior a 10 anos.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

O Secretário de Estado da Agricultura, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, em 21 de Novembro de 2011.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Aviso n.º 241/2011

Por ordem superior se torna público que foi assinado em Lisboa, em 26 de Outubro de 2011, o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção sobre Segurança Social, de 11 de Fevereiro de 2009, entre a República Portuguesa e a República da Moldova, cujo texto acompanha este aviso.

O texto da referida Convenção foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 108/2010, em 16 de Julho, e publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 187, de 24 de Setembro de 2010.

Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 16 de Novembro de 2011. — A Secretária-Geral, *Maria João Lourenço*.

ACORDO ADMINISTRATIVO RELATIVO ÀS MODALIDADES DE APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE SEGURANÇA SOCIAL ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA MOLDOVA.

Para efeitos de aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Moldova, assinada em Lisboa em 11 de Fevereiro de 2009, a seguir designada «Convenção», as autoridades competentes portuguesas e moldovas estabelecem, de comum acordo, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do seu artigo 23.º, as seguintes disposições:

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Acordo Administrativo, adiante designado por Acordo, os termos e as expressões nele utilizados definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no artigo 1.º da Convenção.

Artigo 2.º

Organismos de ligação

1 — Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 23.º da Convenção, são designados «organismos de ligação»:

a) Pela República Portuguesa, a Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS);

b) Pela República da Moldova, o Instituto Nacional de Segurança Social.

2 — Aos organismos de ligação compete, designadamente:

a) Definir, de comum acordo, o conjunto de documentos exigidos para a aplicação da Convenção e do presente Acordo;

b) Adoptar, de comum acordo, medidas de natureza administrativa para a aplicação do presente Acordo;

c) Tomar providências com vista a informar os interessados sobre os seus direitos e procedimentos adequados para o seu exercício.

Artigo 3.º

Admissão ao seguro voluntário — Aplicação do artigo 5.º da Convenção

1 — Para beneficiar do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Convenção, o interessado deve apresentar à instituição competente um atestado relativo aos períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação a que anteriormente esteve sujeito.

2 — O atestado é emitido, a pedido do interessado, pela instituição competente do Estado Contratante a cuja legislação o mesmo esteve sujeito anteriormente.

3 — Se o interessado não apresentar o atestado, a instituição competente dirige-se à instituição competente do outro Estado Contratante para o obter.

Artigo 4.º

Regras anticúmulo — Aplicação do artigo 7.º da Convenção

Se do disposto no n.º 3 do artigo 7.º da Convenção resultar a redução, suspensão ou supressão simultânea das prestações nos termos das legislações dos dois Estados Contratantes, a redução, suspensão ou supressão de cada uma delas não pode exceder metade do montante correspondente àquele em que deveria ser reduzida, suspensa ou suprimida.

Artigo 5.º

Regras relativas à totalização de períodos de seguro

Para a totalização dos períodos de seguro cumpridos ao abrigo das legislações dos dois Estados Contratantes prevista na Convenção, as instituições competentes aplicam as seguintes regras:

a) Sempre que um período de seguro cumprido nos termos de um regime obrigatório ao abrigo da legislação de um Estado Contratante coincida, no todo ou em parte, com um período de seguro cumprido nos termos de um regime voluntário ao abrigo da legislação do outro Estado Contratante, a instituição competente do primeiro Estado

Contratante apenas toma em consideração o período de seguro obrigatório;

b) Sempre que um período de seguro, que não seja um período equiparado, cumprido ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, coincida com um período equiparado cumprido ao abrigo da legislação do outro Estado Contratante, apenas o primeiro período é tomado em consideração na parte que não for coincidente;

c) Qualquer período considerado equiparado, simultaneamente, no todo ou em parte, ao abrigo das legislações dos dois Estados Contratantes, apenas é tomado em consideração pela instituição do Estado Contratante a cuja legislação o segurado esteve sujeito a título obrigatório em último lugar antes do referido período na parte que não for coincidente;

d) No caso referido na alínea *c*), sempre que o segurado não tenha estado sujeito a título obrigatório à legislação de um Estado Contratante antes do referido período, este é tomado em consideração pela instituição competente do Estado Contratante a cuja legislação esteve sujeito a título obrigatório, pela primeira vez, após o período em questão;

e) Sempre que não puder ser determinada de maneira precisa a época em que certos períodos de seguro foram cumpridos ao abrigo da legislação de um Estado Contratante, presume-se que esses períodos não se sobrepõem a períodos cumpridos ao abrigo da legislação do outro Estado Contratante e são tomados em conta, para efeitos da totalização dos períodos, na medida em que possam utilmente ser tidos em consideração.

TÍTULO II

Aplicação das disposições da Convenção relativas à determinação da legislação aplicável

Artigo 6.º

Formalidades em caso de destacamento de um trabalhador nos termos dos n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 9.º da Convenção

1 — Nos casos previstos no n.º 1 do artigo 9.º da Convenção, a autoridade competente ou a instituição competente em que o trabalhador se encontra inscrito envia à entidade patronal ou ao trabalhador, conforme se trate de um trabalhador por conta de outrem ou de um trabalhador independente, a seu pedido, um atestado que comprove que ele continua sujeito à legislação aplicada pela referida autoridade ou instituição com indicação do período provável do destacamento.

2 — O atestado referido no número anterior contém todas as informações relativas ao trabalhador e ao seu empregador, bem como a duração do período de destacamento, a designação e o endereço da empresa ou entidade onde será executado o trabalho, o carimbo da autoridade ou da instituição competentes e a data de emissão deste formulário.

3 — No caso previsto no n.º 1 do artigo 9.º da Convenção, a entidade patronal, antes do termo do primeiro período de 24 meses, solicita o consentimento da autoridade ou organismo designado do Estado Contratante do lugar do destacamento, em formulário aprovado para o efeito.

4 — A autoridade ou o organismo designados do Estado Contratante do lugar do destacamento referidos no número anterior indica no referido formulário a decisão que tomou, devolve um exemplar à entidade patronal e envia

um exemplar à autoridade do outro Estado Contratante, conservando o terceiro exemplar em seu poder.

5 — Se o trabalhador terminar o destacamento antes da data prevista para o fim do período de destacamento, a empresa que normalmente o emprega deve comunicar esta nova situação à autoridade ou instituição competentes do Estado Contratante onde se encontra segurado o trabalhador, a qual informa de imediato a autoridade ou instituição competente do outro Estado Contratante.

Artigo 7.º

Exercício do direito de opção por parte do pessoal em serviço nas missões diplomáticas e postos consulares — Aplicação do n.º 3 do artigo 10.º da Convenção

1 — O trabalhador que tiver exercido o direito de opção previsto no n.º 3 do artigo 10.º da Convenção informa desse facto a instituição competente do Estado Contratante por cuja legislação optou e, ao mesmo tempo, avisa a sua entidade patronal.

2 — A instituição referida no número anterior entrega ao trabalhador um atestado comprovativo de que o mesmo está sujeito à legislação por ela aplicada e informa a instituição competente do outro Estado Contratante.

TÍTULO III

Aplicação das disposições da Convenção relativas às diferentes categorias de prestações

CAPÍTULO I

Doença e maternidade, paternidade e adopção Prestações pecuniárias

Artigo 8.º

Atestado de períodos de seguro — Aplicação do artigo 12.º da Convenção

1 — Para beneficiar do disposto no artigo 12.º da Convenção, o trabalhador deve apresentar à instituição competente um atestado onde são mencionados os períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação a que anteriormente esteve sujeito.

2 — O atestado é emitido, a pedido do trabalhador, pela instituição competente do Estado Contratante em que anteriormente esteve inscrito.

3 — Se o trabalhador não apresentar o atestado, a instituição competente dirige-se à instituição competente do outro Estado Contratante para o obter.

Artigo 9.º

Prestações pecuniárias em caso de residência no Estado não competente — Aplicação do artigo 13.º da Convenção

1 — Para beneficiar das prestações pecuniárias nos termos do artigo 13.º da Convenção, o trabalhador deve apresentar, de imediato, o requerimento à instituição competente directamente ou por intermédio da instituição do lugar de residência, que o transmite à instituição competente.

2 — A pedido da instituição competente, o trabalhador referido no n.º 1 deste artigo pode ser sujeito a controlo administrativo e médico, tal como previsto no artigo 25.º do presente Acordo, observando-se as regras previstas na legislação aplicada pela instituição do lugar de residência.

CAPÍTULO II

Prestações por invalidez, por velhice, de sobrevivência e por morte

SECÇÃO I

Pensões por invalidez, por velhice e de sobrevivência

Artigo 10.º

Apresentação do pedido de prestações — Aplicação dos artigos 15.º e 16.º da Convenção

1 — Para beneficiar das pensões por invalidez, por velhice e de sobrevivência previstas nos artigos 15.º e 16.º da Convenção, o trabalhador ou o seu sobrevivente, residente em Portugal ou na Moldavia, apresenta o pedido à instituição competente do Estado Contratante em cujo território reside, em conformidade com as modalidades estabelecidas na legislação aplicada por essa instituição.

2 — Sempre que o interessado resida no território de um terceiro Estado, envia o pedido à instituição competente do Estado Contratante a cuja legislação o trabalhador esteve sujeito em último lugar.

3 — Se o pedido for apresentado a uma instituição que não é uma das referidas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, esta remete-o imediatamente à instituição à qual deveria ter sido apresentado, indicando a data em que o mesmo foi recebido.

4 — A data referida no número anterior é considerada como data da apresentação do pedido junto da última das referidas instituições.

Artigo 11.º

Documentos e informações

A apresentação dos pedidos referidos no artigo 10.º do presente Acordo está sujeita às seguintes regras:

a) O pedido deve ser acompanhado dos documentos justificativos exigidos e deve ser estabelecido no formulário previsto pela legislação:

i) Do Estado Contratante em cujo território reside o requerente, no caso previsto no n.º 1 daquele artigo 10.º;

ii) Do Estado Contratante a cuja legislação o trabalhador esteve sujeito em último lugar, no caso previsto no n.º 2 do mesmo artigo 10.º;

b) A exactidão das informações prestadas pelo requerente deve ser comprovada através de documentos oficiais anexados ao formulário de pedido ou confirmada pelas entidades competentes do Estado Contratante a que pertence a instituição que recebeu o pedido;

c) O requerente deve indicar, na medida do possível, a instituição ou instituições dos dois Estados Contratantes em que o trabalhador esteve inscrito, bem como a entidade ou entidades patronais a que o mesmo prestou serviço nos referidos Estados Contratantes.

Artigo 12.º

Formulário a utilizar para a instrução dos pedidos

1 — Para a instrução dos pedidos de prestações, a instituição que recebe o pedido utiliza um formulário de ligação que envia, em duplicado, à instituição competente do outro Estado Contratante.

2 — A transmissão do formulário de ligação substitui a remessa dos documentos justificativos desde que os dados nele constantes sejam autenticados pela instituição que o remete, a qual deve certificar que os documentos originais constantes do processo confirmam os dados contidos no formulário.

Artigo 13.º

Procedimentos a seguir pelas instituições competentes

1 — A instituição que recebe o pedido indica, no formulário previsto no artigo 12.º do presente Acordo, a data em que o pedido foi apresentado, os períodos de seguro cumpridos pelo trabalhador ao abrigo da legislação por ela aplicada, bem como os eventuais direitos decorrentes desses períodos.

2 — Sempre que se trate de um pedido de prestações de invalidez, deve a instituição referida no número anterior juntar ao formulário de ligação os relatórios médicos de que disponha para efeitos de aplicação da sua própria legislação.

3 — A instituição competente do outro Estado Contratante completa o formulário de ligação com a indicação dos períodos de seguro cumpridos ao abrigo da sua legislação e os eventuais direitos adquiridos pelo requerente, com recurso, se for caso disso, à totalização de períodos prevista no artigo 15.º da Convenção. De seguida, esta instituição devolve uma cópia do formulário assim completado à instituição que recebeu o pedido.

4 — Após a recepção da cópia do formulário de ligação, a instituição que recebeu o pedido, depois de determinar o direito às prestações, recorrendo, se necessário, à totalização de períodos de seguro prevista no artigo 15.º da Convenção, comunica a sua decisão à instituição competente do outro Estado Contratante.

Artigo 14.º

Notificação das decisões

A instituição competente de cada um dos Estados Contratantes notifica o interessado da sua decisão, indicando as vias e prazos de recurso, e transmite uma cópia à instituição competente do outro Estado Contratante.

Artigo 15.º

Conversão das moedas

Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 16.º da Convenção, a conversão dos montantes de pensão nas moedas nacionais dos dois Estados Contratantes é efectuada ao câmbio oficial válido na data em que a mesma disposição deva ser aplicada.

SECÇÃO II

Subsídios por morte

Artigo 16.º

Atestado de períodos de seguro — Aplicação do artigo 17.º da Convenção

Nos casos em que seja aplicável o artigo 17.º da Convenção, a instituição competente de um Estado Contratante solicita à instituição competente do outro Estado Contratante a emissão de um atestado comprovativo dos períodos de seguro cumpridos ao abrigo da legislação deste último Estado Contratante.

CAPÍTULO III

Desemprego

Artigo 17.º

Pagamento das prestações — Aplicação do artigo 18.º da Convenção

As prestações de desemprego, previstas nos termos do artigo 18.º da Convenção, são pagas segundo as modalidades e nos prazos previstos na legislação aplicável de cada um dos Estados Contratantes.

CAPÍTULO IV

Acidentes de trabalho e doenças profissionais Prestações pecuniárias

Artigo 18.º

Prestações pecuniárias em caso de residência no Estado Contratante que não é o Estado competente — Aplicação do artigo 19.º da Convenção

1 — Para beneficiar das prestações pecuniárias previstas no artigo 19.º da Convenção, o trabalhador ou o seu sobrevivente deve apresentar o pedido directamente à instituição competente ou por intermédio da instituição do lugar de residência, a qual o transmite à instituição competente.

2 — A instituição competente verifica os direitos do trabalhador ou dos seus sobreviventes em conformidade com a legislação por ela aplicada e fixa o montante das prestações.

3 — A mesma instituição notifica directamente o requerente da sua decisão, devidamente fundamentada, indicando as vias e prazos de recurso.

Artigo 19.º

Avaliação do grau de incapacidade — Aplicação do n.º 1 do artigo 20.º da Convenção

1 — Para efeitos de avaliação do grau de incapacidade, no caso previsto no n.º 1 do artigo 20.º da Convenção, o trabalhador presta à instituição competente todas as informações relativas aos acidentes de trabalho ou às doenças profissionais ocorridos ou verificadas enquanto esteve sujeito à legislação do outro Estado Contratante, seja qual for o grau de incapacidade deles resultante.

2 — As informações referidas no número anterior devem, sempre que possível, ser confirmadas pela instituição competente do Estado Contratante em cujo território ocorreu o acidente ou foi verificada a doença profissional.

Artigo 20.º

Procedimentos no caso de exposição ao mesmo risco de doença profissional no território dos dois Estados Contratantes — Aplicação do artigo 21.º da Convenção

1 — No caso previsto no artigo 21.º da Convenção, a declaração de doença profissional é enviada à instituição competente do Estado Contratante em cujo território a vítima exerceu, em último lugar, a actividade susceptível de provocar a doença profissional em causa ou à instituição do lugar de residência que a transmitirá, sem demora, à instituição competente.

2 — No caso de a instituição competente do Estado Contratante em cujo território o trabalhador exerceu, em último lugar, a actividade susceptível de provocar a doença

profissional em causa verificar que o trabalhador ou os sobreviventes não satisfazem, mesmo tendo em conta os n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º da Convenção, as condições da legislação que lhes é aplicável, essa instituição:

a) Transfere, sem demora, à instituição do Estado Contratante em cujo território a vítima exerceu anteriormente uma actividade susceptível de provocar a doença em causa a declaração e os documentos que a acompanham, assim como uma cópia da notificação referida na alínea seguinte;

b) Notifica simultaneamente o interessado da sua decisão de rejeição, na qual menciona, designadamente, as condições que faltam cumprir para a abertura do direito às prestações e as vias e prazos de recurso, bem como do envio da declaração à instituição de instrução.

Artigo 21.º

Agravamento de doença profissional — Aplicação do artigo 22.º da Convenção

1 — Para efeitos de aplicação do artigo 22.º da Convenção, o trabalhador presta à instituição competente do Estado Contratante da nova residência as informações necessárias relativas às prestações anteriormente liquidadas para a reparação da doença profissional em causa. Se a referida instituição o julgar conveniente, pode dirigir-se à instituição que concedeu as prestações ao interessado a fim de obter outras informações.

2 — No caso referido na alínea a) do artigo 22.º da Convenção, em que o trabalhador não exerceu no território do Estado Contratante da nova residência uma actividade susceptível de agravar a doença profissional em causa, a instituição da nova residência envia à instituição competente do outro Estado Contratante uma cópia da decisão de rejeição já notificada ao trabalhador, sendo eventualmente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 20.º do presente Acordo.

3 — No caso referido na alínea b) do artigo 22.º da Convenção, em que o trabalhador exerceu efectivamente no território do Estado Contratante da nova residência uma actividade susceptível de agravar a doença profissional em causa, a instituição competente desse Estado Contratante comunica à instituição do outro Estado Contratante o montante do suplemento que fica a seu cargo.

Artigo 22.º

Recurso de uma decisão de rejeição

No caso de interposição de recurso de uma decisão de rejeição da instituição competente do Estado Contratante em cujo território a vítima exerceu, em último lugar, a actividade susceptível de agravar a doença profissional em causa, a instituição recorrida informa desse facto e da decisão definitiva a instituição do outro Estado Contratante.

Artigo 23.º

Designação das instituições competentes

Para efeitos de aplicação dos artigos 19.º a 22.º da Convenção, são designadas como instituições competentes:

a) Pela República Portuguesa, o Instituto da Segurança Social, I. P., através do seu Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais;

b) Pela República da Moldova, o Instituto Nacional de Segurança Social.

TÍTULO IV

Disposições diversas

Artigo 24.º

Dever de informação

As instituições competentes de um Estado Contratante informam de imediato as instituições competentes do outro Estado Contratante de todos os factos de que tenham conhecimento que sejam relevantes para a aplicação da Convenção e do presente Acordo, nomeadamente dos que interessem à manutenção do direito às prestações.

Artigo 25.º

Controlo administrativo e exames médicos

1 — O controlo administrativo e exames médicos dos titulares de prestações ao abrigo da legislação de um dos Estados Contratantes que residam no território do outro Estado Contratante é efectuado, a pedido da instituição competente, por intermédio da instituição do lugar de residência ou do organismo de ligação, que poderá utilizar os serviços de uma instituição por eles designada.

2 — A instituição competente conserva, no entanto, a faculdade de mandar proceder ao exame do interessado por um médico da escolha da mesma instituição competente.

Artigo 26.º

Determinação do grau e grupo de invalidez

1 — Para determinar o grau e grupo de invalidez, as instituições dos dois Estados Contratantes têm em conta os relatórios médicos, bem como as informações de natureza administrativa, obtidos pela instituição do outro Estado Contratante, conservando, no entanto, cada instituição o direito de, por um médico da sua escolha, mandar proceder ao exame do interessado.

2 — As despesas resultantes do controlo administrativo e médico necessário à concessão ou revisão das prestações são reembolsadas à instituição que os efectuou, na base das tarifas que ela aplica, pela instituição que o solicitou.

3 — Os reembolsos previstos no número anterior são efectuados:

a) Na República Portuguesa, pelo Instituto da Segurança Social, I. P., através do seu Departamento de Gestão Financeira;

b) Na República da Moldova, pelo Instituto Nacional de Segurança Social.

Artigo 27.º

Restabelecimento do pagamento das prestações

Se, após a suspensão de uma prestação concedida nos termos da legislação de um Estado Contratante, o interessado recuperar o direito à mesma, encontrando-se a residir no território do outro Estado Contratante, as instituições em causa prestam as informações necessárias com vista ao restabelecimento do pagamento das prestações.

Artigo 28.º

Pagamento das prestações

As prestações pecuniárias devidas pelas instituições competentes dos Estados Contratantes são pagas directa-

mente aos interessados independentemente de a sua residência se situar num ou noutra Estado Contratante, sem dedução ao respectivo montante das despesas postais ou bancárias, que constituem encargo da instituição devedora.

Artigo 29.º

Provas de vida e de estado civil

As instituições competentes dos dois Estados Contratantes podem solicitar ao interessado, directamente ou através da instituição do lugar de residência, provas de vida e de estado civil, bem como outros documentos necessários para a verificação do direito ou manutenção das prestações.

Artigo 30.º

Pedidos, declarações ou recursos apresentados no Estado Contratante que não é o Estado competente — Aplicação do artigo 26.º da Convenção

Para efeitos de aplicação do artigo 26.º da Convenção, a autoridade, a instituição ou o órgão jurisdicional de um Estado Contratante que tenha recebido o pedido, declaração ou recurso transmite-o, sem demora, à autoridade, instituição ou órgão jurisdicional correspondente do outro Estado Contratante, indicando a data da recepção.

Artigo 31.º

Comissão mista

As autoridades competentes constituem uma comissão mista de carácter técnico, que se reúne alternadamente na República Portuguesa e na República da Moldova para:

- Dar parecer sobre questões de interpretação e aplicação da Convenção e do presente Acordo;
- Estabelecer os modelos de formulários para os atestados previstos no presente Acordo, bem como as normas de procedimento para aplicação da Convenção e do mesmo Acordo;
- Regularizar as contas existentes entre as instituições dos dois Estados Contratantes;
- Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe for submetido para exame pelas autoridades competentes.

Artigo 32.º

Entrada em vigor

O presente Acordo entra em vigor na data da sua assinatura, produz efeitos desde a data da entrada em vigor da Convenção e tem a mesma duração desta.

Feito em Lisboa em 26 de Outubro de 2011, em dois exemplares redigidos nas línguas portuguesa, moldava e inglesa, fazendo todos os textos igualmente fé. Em caso de divergência de interpretação entre as versões portuguesa e moldava, prevalece a versão inglesa.

Pela República Portuguesa:

Luís Pedro Russo da Mota Soares, Ministro da Solidariedade e da Segurança Social.

Pela República da Moldova:

Valeriu Turea, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Moldova na República Portuguesa.

ARANJAMENTUL ADMINISTRATIV PENTRU STABILIREA PROCEDURII DE APLICARE A ACORDULUI ÎN DOMENIUL SECURITĂȚII SOCIALE ÎNTRE REPUBLICA PORTUGUEZĂ ȘI REPUBLICA MOLDOVA

În scopul aplicării Acordului în domeniul securității sociale între Republica Portugheză și Republica Moldova, semnat la Lisabona la 11 februarie 2009, denumit în continuare „Acord”,

Autoritățile competente portugheze și moldave, în conformitate cu litera a) alineatul 1 al Articolului 23 al Acordului, au convenit asupra următoarelor prevederi:

PARTEA I Dispoziții generale

Articolul 1 Definiții

În scopul aplicării prezentului Aranjament, termenii și expresiile utilizate în acesta au semnificația care le-a fost atribuită în Articolul 1 al Acordului.

Articolul 2 Organele de legătură

1 – În conformitate cu litera d) alineatul 1 al Articolului 23 al Acordului, următoarele organe sunt desemnate ca “organe de legătură”:

- Pentru Republica Portugheză: Direcția Generală de Securitate Socială;
- Pentru Republica Moldova: Casa Națională de Asigurări Sociale.

2 – Organele de legătură vor:

- Stabili de comun acord colectarea documentelor necesare pentru aplicarea Acordului și a prezentului Aranjament;
- Întreprinde de comun acord măsuri de natură administrativă necesare pentru aplicarea prezentului Aranjament;
- Întreprinde măsuri pentru informarea persoanelor interesate asupra drepturilor lor și procedurilor potrivite pentru exercitarea drepturilor acestora.

Articolul 3 Admiterea la asigurarea benevolă – aplicarea Articolului 5 al Acordului

1 – Pentru aplicarea prevederilor alineatului 1 al Articolului 5 al Acordului, persoana interesată trebuie să prezinte instituției competente un certificat cu privire la perioadele de asigurare realizate în conformitate cu legislația căreia a fost supus ultima dată.

2 – Certificatul se eliberează, la cererea persoanei interesate, de către instituția competentă a Statului Contractant legislației căruia aceasta a fost supus ultima dată.

3 – În cazul în care solicitantul nu prezintă certificatul menționat, instituția competentă îl va obține de la instituția competentă a celui alt Stat Contractant.

Articolul 4 Evitarea cumulului de prestații – aplicarea Articolului 7 al Acordului

În cazul în care, conform alineatului 3 al Articolului 7 al Acordului, prestațiile datorate sunt simultan micșorate, suspendate sau sistate în conformitate cu legislația ambelor State Contractante, micșorarea, suspendarea sau sistarea fiecărei prestații nu va depăși o jumătate din suma corespunzătoare cu cea care ar fi trebuit să fie micșorată, suspendată sau sistată din prestație.

Articolul 5 Reguli de totalizare a perioadelor de asigurare

Pentru totalizarea perioadelor de asigurare realizate conform legislației celor două State Contractante în temeiul Acordului, instituția competentă va aplica următoarele reguli:

- În cazul în care o perioadă de asigurare, realizată în sistemul de asigurări obligatoriu în conformitate cu legislația unui Stat Contractant, integral sau parțial coincide cu o perioadă de asigurare realizată în sistemul de asigurări benevol în conformitate cu legislația celui alt Stat Contractant, instituția competentă va lua în considerare numai perioada realizată în sistemul de asigurări obligatoriu;
- În cazul când o perioadă de asigurare, alta decât perioada asimilată, realizată în conformitate cu legislația unui Stat Contractant coincide cu o perioadă asimilată realizată în conformitate cu legislația celui alt Stat Contractant, instituția competentă va lua în considerare numai acea parte a perioadei de asigurare care nu se suprapune;
- Orice perioadă considerată ca fiind simultan echivalentă, în întregime sau parțial, în conformitate cu legislația celor două State Contractante, este luată în considerare numai de către instituția Statului Contractant în conformitate cu legislația căruia persoana a fost asigurată obligatoriu ultima dată înainte de perioada menționată, în partea în care nu se suprapune;
- În cazul menționat în litera c), dacă persoana asigurată nu a fost asigurată obligatoriu conform legislației unui Stat Contractant înainte de perioada menționată, aceasta din urmă va fi luată în considerare de către instituția competentă a Statului Contractant conform legislației căruia persoana a fost asigurată obligatoriu pentru prima dată după perioada în cauză;
- În cazul în care nu este posibilă determinarea cu exactitate a perioadei de timp în care anumite perioade de asigurare au fost realizate conform legislației unui Stat Contractant, aceste perioade se prezumă a nu se suprapune cu perioadele de asigurare realizate în conformitate cu legislația celui alt Stat Contractant și, în caz că sunt avantajoase, sunt luate în considerare.

PARTEA a II-a Aplicarea dispozițiilor generale ale Acordului pentru determinarea legislației aplicabile

Articolul 6 Formalitățile în caz de detașare a unui lucrător în conformitate cu alineatele 1, 2 și 4 ale Articolului 9 al Acordului

1 – În cazurile prevăzute la alineatele 1 și 4 ale Articolului 9 al Acordului, autoritatea competentă sau instituția competentă în care lucrătorul este asigurat trimite angajatorului sau

lucrătorului, în dependență de faptul dacă el este un lucrător angajat sau un lucrător independent, la cererea acestuia, un certificat care să confirme că persoana în cauză continuă a fi supusă legislației pe care o aplică această autoritate sau instituție, indicând anticipat perioada de detașare.

2 – Certificatul menționat în alineatul 1 conține toată informația referitoare la lucrător și angajatorul său, precum și durata perioadei de detașare, denumirea și adresa întreprinderii sau organului în care va fi desfășurată activitatea, ștampila autorității competente sau a instituției competente, precum și data emiterii certificatului.

3 – În cazul prevăzut la alineatul 1 al Articolului 9 al Acordului, angajatorul, înainte de finisarea primei perioade de 24 luni, solicită acordul autorității sau organului desemnat al Statului Contractant de la locul de detașare, în formularul stabilit pentru acest scop.

4 – Autoritatea sau organul desemnat al Statului Contractant de la locul de detașare, prevăzute la alineatul 3, indică în formularul menționat decizia luată, trimite o copie angajatorului și o altă copie autorității celui alt Stat Contractant, păstrînd o a treia copie pentru sine înșși.

5 – În cazul în care detașarea lucrătorului încetează înainte de data stabilită inițial, întreprinderea care îl angajează în mod normal comunică despre situația creată autorității competente sau instituției Statului Contractant pe teritoriul căruia lucrătorul este asigurat, care fără întârziere va informa autoritatea sau instituția competentă a celui alt Stat Contractant.

Articolul 7

Exercitarea dreptului la opțiune de către personalul angajat de către misiunile diplomatice și oficiile consulare – aplicarea alineatului 3 al Articolului 10 al Acordului

1 – Persoana angajată care a exercitat dreptul la opțiune prevăzut la alineatul 3 al Articolului 10 al Acordului va informa instituția competentă a Statului Contractant pentru legislația căruia Stat a optat și, concomitent, va notifica angajatorul său despre acest fapt.

2 – Instituția prevăzută la alineatul 1 va înmîna lucrătorului angajat un certificat care să ateste faptul că acesta este supus legislației pe care această instituție o aplică și va informa instituția competentă a celui alt Stat Contractant.

PARTEA a III-a

Aplicarea dispozițiilor Acordului referitoare la diferitele categorii de prestații

CAPITOLUL I

Boală și maternitate, paternitate și adopție – prestații în bani

Articolul 8

Certificatul privind perioadele de asigurare – aplicarea Articolului 12 al Acordului

1 – Pentru aplicarea prevederilor Articolului 12 al Acordului, lucrătorul trebuie să prezinte instituției competente un certificat în care să fie menționate perioadele de asigurare realizate în conformitate cu legislația căreia acesta a fost supus ultima dată.

2 – Acest certificat se eliberează la cererea lucrătorului de către instituția competentă a Statului Contractant pe teritoriul căruia acesta a fost ultima dată asigurat.

3 – Dacă lucrătorul nu prezintă certificatul, instituția competentă îl va obține de la instituția competentă a celui alt Stat Contractant.

Articolul 9

Prestații în bani în cazul domiciliului într-un Stat Contractant, altul decît cel competent – aplicarea Articolului 13 al Acordului

1 – Pentru a beneficia de prestații în bani în conformitate cu Articolul 13 al Acordului, lucrătorul trebuie să depună fără întârziere o cerere la instituția competentă, fie direct fie prin intermediul instituției de la locul de domiciliu, care o va transmite instituției competente.

2 – Lucrătorul menționat la alineatul 1 care cade sub incidența Articolului 25 al prezentului Aranjament, la cererea instituției competente, poate fi supus controlului administrativ și investigărilor medicale în conformitate cu regulile prevăzute de legislația aplicabilă de către instituția de la locul de domiciliu.

CAPITOLUL II

Pensii de invaliditate, bătrînețe și de urmaș și prestații în caz de deces

SECȚIUNEA I

Pensii de invaliditate, bătrînețe și de urmaș

Articolul 10

Depunerea cererilor pentru prestații – aplicarea Articolelor 15 și 16 ale Acordului

1 – Pentru a beneficia de pensii de invaliditate, bătrînețe și de urmaș în conformitate cu Articolele 15 și 16 ale Acordului, un lucrător sau urmașul acestuia, care domiciliază în Portugalia sau în Moldova, vor depune o cerere la instituția competentă a Statului Contractant pe teritoriul căruia persoana interesată domiciliază, în conformitate cu procedurile prevăzute de legislația pe care o aplică această instituție.

2 – În cazul în care solicitantul domiciliază pe teritoriul unui Stat terț, acesta va prezenta cererea instituției competente a Statului Contractant legislației căruia lucrătorul a fost supus ultima dată.

3 – Dacă cererea este prezentată instituției, alta decît cea menționată la alineatele 1 și 2 ale prezentului Articol, această instituție va transmite fără întârziere cererea instituției la care aceasta trebuia depusă, indicînd data în care cererea a fost recepționată.

4 – Data menționată la alineatul 3 va fi considerată data depunerii cererii la cea din urmă instituție.

Articolul 11

Documente și informații

Depunerea cererilor prevăzute la Articolul 10 al prezentului Aranjament este supusă următoarelor reguli:

a) Cererea trebuie să fie însoțită de documente justificative solicitate și trebuie întocmită în modul stabilit de legislația:

- i) Statului Contractant pe al cărui teritoriu solicitantul domiciliază în cazul prevăzut la alineatul 1 al Articolului 10;
- ii) Statului Contractant legislației căruia lucrătorul a fost supus ultima dată în cazul prevăzut la alineatul 2 al Articolului 10.

b) Exactitatea informației prezentate de către solicitant trebuie să fie justificată de documente anexate la formularul cererii sau confirmată de către organele competente ale Statului Contractant căruia aparține instituția care a primit cererea;

c) Solicitantul trebuie să indice, în măsura posibilității, instituția sau instituțiile ale celor două State Contractante în care lucrătorul a fost asigurat, precum și angajatorul sau angajatorii pentru care a desfășurat activitatea în acele State Contractante.

Articolul 12

Formularele utilizate pentru instrumentarea cererilor

1 – La instrumentarea cererilor pentru prestații instituția care a primit cererea va utiliza un formular de legătură, duplicatul căruia îl va transmite instituției competente a celui alt Stat Contractant.

2 – Transmiterea formularului de legătură substituie documentele justificative aflate timp cît datele care se conțin în formular sunt autentificate de instituția trimițătoare care va confirma că documentele originale conținute în dosar corespund datelor prezentate în formular.

Articolul 13

Proceduri care trebuie urmate de către instituțiile competente

1 – Instituția care recepționează cererea va indica în formularul prevăzut în Articolul 12 al prezentului Aranjament data în care a fost depusă cererea, perioadele de asigurare realizate de către lucrător în conformitate cu legislația pe care o aplică, precum și drepturile posibile care rezultă din aceste perioade.

2 – În cazul în care cererea se referă la prestații de invaliditate, instituția prevăzută la alineatul 1 anexează la formularul de legătură rapoartele medicale de care dispune, pentru aplicarea propriei legislații.

3 – Instituția competentă a celui alt Stat Contractant completează formularul de legătură indicînd perioadele de asigurare realizate în conformitate cu legislația pe care o aplică și drepturile posibile dobîndite de către solicitant, recurgînd, dacă este necesar, la totalizarea perioadelor de asigurare prevăzută în Articolul 15 al Acordului. Această instituție va returna fără întârziere o copie a formularului astfel completat instituției care a recepționat cererea.

4 – La recepționarea copieii formularului de legătură, instituția care a primit cererea, după stabilirea dreptului la prestații, recurgînd, în măsura în care este necesar, la totalizarea perioadelor de asigurare prevăzută în Articolul 15 al Acordului, va informa despre decizia sa instituția competentă a celui alt Stat Contractant.

Articolul 14

Notificarea deciziilor

Instituția competentă al fiecărui Stat Contractant va înștiința solicitantul despre decizia luată, menționînd temeiul și termenele de atac și va trimite o copie instituției competente a celui alt Stat Contractant.

Articolul 15

Convertirea valutei

Pentru aplicarea dispozițiilor alineatului 5 al Articolului 16 al Acordului, convertirea sumelor de pensie în valuta națională a celor două State Contractante se efectuează la cursul oficial valabil la data cînd această prevedere trebuie să fie aplicată.

SECȚIUNEA II

Ajutor de deces

Articolul 16

Certificatul privind perioadele de asigurare – aplicarea Articolului 17 al Acordului

În cazurile de aplicare a Articolului 17 al Acordului, instituția competentă a unui Stat Contractant va obține de la instituția competentă a celui alt Stat Contractant un certificat privind perioadele de asigurare realizate în conformitate cu legislația celui din urmă Stat Contractant.

CAPITOLUL III

Șomaj

Articolul 17

Plata prestațiilor – aplicarea Articolului 18 al Acordului

Prestațiile de șomaj prevăzute în Articolul 18 al Acordului sunt plătite în conformitate cu procedurile și termenele prevăzute de legislația pe care o aplică fiecare Stat Contractant.

CAPITOLUL IV

Accidente de muncă și boli profesionale – prestații în bani

Articolul 18

Prestații în bani în cazul domiciliului în Statul Contractant, altul decît cel competent – aplicarea Articolului 19 al Acordului

1 – Pentru a beneficia de prestațiile în bani prevăzute la Articolul 19 al Acordului, un lucrător sau urmașul acestuia trebuie să depună o cerere instituției competente fie direct, fie prin intermediul instituției de la locul de domiciliu, care o va transmite instituției competente.

2 – Instituția competentă verifică dreptul lucrătorului sau a urmașilor săi în conformitate cu legislația pe care o aplică și stabilește cuantumul prestațiilor.

3 – Aceeași instituție informează în mod direct solicitantul despre decizia sa, justificată în mod corespunzător, menționînd temeiul și termenele de atac.

Articolul 19
Evaluarea gradului de incapacitate – aplicarea alineatului 1
al Articolului 20 al Acordului

1 – Pentru evaluarea gradului de incapacitate în cazurile prevăzute la alineatul 1 al Articolului 20 al Acordului, lucrătorul trebuie să prezinte instituției competente toată informația privind accidentele de muncă sau bolile profesionale contractate în perioada cînd acesta a fost supus legislației celuiilalt Stat Contractant, indiferent de gradul de incapacitate rezultat din aceste cazuri.

2 – Informația menționată la alineatul 1 va fi confirmată, în măsura posibilității, de către instituția competentă a Statului Contractant, pe teritoriul căruia a survenit accidentul sau a fost diagnosticată boala profesională.

Articolul 20
Procedurile în cazul expunerii aceleiași risc al unei boli profesionale în
ambele State Contractante – aplicarea Articolului 21 al Acordului

1 – În cazurile prevăzute la Articolul 21 al Acordului, notificarea cu privire la boala profesională este transmisă instituției competente a Statului Contractant pe teritoriul căruia persoana care a suferit o boală profesională a desfășurat pentru ultima dată o activitate susceptibilă a fi cauza bolii profesionale respective, sau instituției de la locul de domiciliu, care va expedia, fără întârziere, notificarea instituției competente.

2 – În cazul cînd instituția competentă a Statului Contractant pe teritoriul căruia lucrătorul ultima dată a desfășurat activitatea susceptibilă a fi cauza bolii profesionale respective constată că lucrătorul sau urmașii lui nu întrucesc condițiile legislației pe care instituția o aplică, chiar luînd în considerare dispozițiile alineatelor 2 și 3 ale Articolului 20 al Acordului, instituția va:

- trimite, fără întârziere, instituției Statului Contractant pe teritoriul căruia persoana care a suferit boala a desfășurat anterior o activitate susceptibilă a fi cauza bolii certificatului și documentele de însoțire, precum și o copie a deciziei la care se face referire în litera b);
- notifica simultan persoana interesată despre decizia sa de a respinge cererea, menționînd anume condițiile necesare a fi îndeplinite pentru deschiderea dreptului la prestații, motivele și termenele de atac, precum și data transmiterii certificatului instituției de investigare.

Articolul 21
Agravarea unei boli profesionale - aplicarea Articolului 22 al Acordului

1 – Pentru aplicarea Articolului 22 al Acordului, lucrătorul trebuie să furnizeze instituției Statului Contractant de la locul nou de domiciliu toată informația necesară cu privire la prestațiile acordate anterior pentru boala profesională în cauză. Instituția poate să se adreseze instituției anterior competente pentru a obține informație suplimentară.

2 – În cazul prevăzut la litera a) a Articolului 22 al Acordului, dacă lucrătorul nu a desfășurat pe teritoriul Statului Contractant de la locul nou de domiciliu o activitate susceptibilă să cauzeze agravarea bolii profesionale respective, instituția de la locul nou de domiciliu va expedia instituției competente a celuiilalt Stat Contractant o copie a deciziei de respingere a cererii despre care persoana interesată a fost deja notificată, aplicînd, la necesitate, dispozițiile alineatului 2 al Articolului 20 al prezentului Aranjament.

3 – În cazul prevăzut la litera b) a Articolului 22 al Acordului, dacă lucrătorul a desfășurat efectiv pe teritoriul Statului Contractant de la locul nou de domiciliu o activitate susceptibilă a cauza agravarea bolii profesionale respective, instituția de la locul nou de domiciliu va informa instituția competentă a celuiilalt Stat Contractant despre obligațiunile de care este responsabilă.

Articolul 22
Contestarea împotriva unei decizii de respingere a cererii

În cazul în care a fost înaintată o contestație împotriva unei decizii de respingere a cererii luate de instituția competentă a Statului Contractant pe teritoriul căruia persoana care a suferit o boală profesională a desfășurat pentru ultima dată o activitate susceptibilă să cauzeze boala profesională respectivă, această instituție va informa instituția celuiilalt Stat Contractant despre acest fapt și despre decizia finală.

Articolul 23
Desemnarea instituțiilor competente

Pentru aplicarea Articolelor 19 - 22 ale Acordului, următoarele organe sunt desemnate ca instituții competente:

- Pentru Republica Portugheză: Institutul de Securitate Socială prin intermediul Centrului Național de Protecție contra Riscurilor Profesionale;
- Pentru Republica Moldova: Casa Națională de Asigurări Sociale.

PARTEA a IV-a
Dispoziții diverse

Articolul 24
Obligațiunea de informare

Instituțiile competente ale unui Stat Contractant vor informa fără întârziere instituțiile competente ale celuiilalt Stat Contractant despre toate faptele de care au luat cunoștință, relevante pentru aplicarea Acordului și a prezentului Aranjament, în special cele legate de menținerea dreptului la prestații.

Articolul 25
Controalele administrative și investigațiile medicale

1 – Controalele administrative și investigațiile medicale ale persoanelor îndreptățite la prestații în conformitate cu legislația unui Stat Contractant, care domiciliază pe teritoriul celuiilalt Stat Contractant, sunt efectuate la cererea instituției competente, de către instituția de la locul de domiciliu sau de către organul de legătură care poate utiliza serviciile instituției desemnate de aceasta.

2 – Instituția competentă totodată rezervă dreptul ca persoana îndreptățită la prestații să fie examinată de către un medic la opțiunea aceleiași instituții competente.

Articolul 26
Determinarea gradului și grupele de invaliditate

1 – Pentru stabilirea gradului și grupele de invaliditate, instituțiile celor două State Contractante iau în considerare rapoartele medicale și informația de natură administrativă obținute de către instituția celuiilalt Stat Contractant, fiecare instituție rezervînd totodată dreptul, ca prin intermediul unui medic ales de ea să solicite examinarea beneficiarului.

2 – Costurile rezultate din controlul administrativ și investigațiile medicale, necesare pentru acordarea sau revizuirea prestațiilor sunt rambursate de către instituția în numele căreia a fost efectuat controlul, instituției care a fost responsabilă de acesta, în baza tarifelor aplicate de cea din urmă instituție.

3 – Rambursările prevăzute la alineatul 2 vor fi efectuate prin intermediul următoarelor instituții:

- În Republica Portugheză: Institutul de Securitate Socială prin intermediul Departamentului de Administrare Financiară;
- În Republica Moldova: Casa Națională de Asigurări Sociale.

Articolul 27
Restabilirea plății prestațiilor

În cazul în care, după suspendarea unei prestații acordate în conformitate cu legislația unui Stat Contractant, persoana în cauză redobîndește dreptul său la aceeași prestație avînd domiciliul pe teritoriul celuiilalt Stat Contractant, instituțiile în cauză vor efectua schimbul de informații relevante, în scopul reluării plății prestațiilor respective.

Articolul 28
Plata prestațiilor

Prestațiile în bani datorate de către instituțiile competente ale celor două State Contractante vor fi plătite direct persoanei interesate, indiferent de faptul dacă domiciliază pe teritoriul unuia sau celuiilalt Stat Contractant, fără rețineri din suma datorată de taxe poștale și bancare, care sunt suportate de către instituția responsabilă pentru plată.

Articolul 29
Confirmarea vieții și statutului civil

Instituțiile competente ale celor două State Contractante pot solicita de la persoana în cauză direct, fie prin intermediul instituției de la locul de domiciliu, certificatului privind aflarea în viață a persoanei și confirmarea statutului civil, precum și alte documente necesare pentru verificarea dreptului la prestații sau menținerea acestora.

Articolul 30
Cereri, declarații sau cereri de contestare introduse în Statul Contractant,
altul decît cel competent – aplicarea Articolului 26 al Acordului

Pentru aplicarea Articolului 26 al Acordului, autoritatea, instituția sau instanța de judecată care a recepționat cererea, declarația sau cererea de contestare o va transmite fără întârziere autorității, instituției sau instanței de judecată a celuiilalt Stat Contractant, indicînd data recepționării.

Articolul 31
Comitetul mixt

Autoritățile competente vor constitui un comitet mixt cu caracter tehnic care se va întruni alternativ în Portugalia și în Moldova, pentru a:

- expune opinii motivate asupra problemelor de interpretare și aplicare a Acordului și a prezentului Aranjament;
- stabilă modelul formularelor prevăzute în prezentul Aranjament, precum și procedurile necesare pentru aplicarea Acordului și a prezentului Aranjament;
- reglementa conturile existente între instituțiile Statelor Contractante;
- se pronunță asupra oricărei probleme prezentate spre examinare autorităților competente.

Articolul 32
Intrarea în vigoare

Prezentul Aranjament va intra în vigoare la data semnării, va produce efecte juridice începînd cu data intrării în vigoare a Acordului și va rămîne în vigoare pe perioada valabilității acestuia.

ÎNTOCMIT în două exemplare la Lisabona, la 26 Octombrie 2011, în limbile portugheză, moldovenească și engleză, toate textele fiind egal autentice. În caz de divergențe la interpretarea textelor în limbile portugheză și moldovenească, textul în limba engleză va fi de referință.

Pentru Republica Portugheză	Pentru Republica Moldova
Luís Pedro Russo da Mota Soares	Valeriu Turea
Ministrul Solidarității și Securității Sociale	Ambasador Extraordinar și Plenipotențiar al Republicii Moldova în Republica Portugheză

ADMINISTRATIVE ARRANGEMENT LAYING DOWN THE PROCEDURE FOR IMPLEMENTING THE AGREEMENT ON SOCIAL SECURITY BETWEEN THE REPUBLIC OF PORTUGAL AND THE REPUBLIC OF MOLDOVA.

For the purpose of implementing the Agreement on Social Security between the Republic of Portugal and the Republic of Moldova, signed at Lisbon on 11 February 2009, hereinafter referred to as the «Agreement», the portu-

guese and moldovan competent authorities, in accordance with article 23(1)(a) of the Agreement, have agreed on the following provisions:

TITLE I

General provisions

Article 1

Definitions

For the purposes of this Arrangement, the terms and expressions used in it shall have the meaning assigned to them in article 1 of the Agreement.

Article 2

Liaison bodies

1 — In accordance with article 23(1)(d) of the Agreement, the following bodies shall be designated as «liaison bodies»:

a) For the Portuguese Republic, the General-Directorate for Social Security;

b) For the Republic of Moldova, the National Office of Social Insurance.

2 — The liaison bodies shall, namely:

a) Establish, by mutual agreement, the collection of documents necessary for the application of the Agreement and of this Arrangement;

b) Take, by mutual agreement, measures of an administrative nature for the application of this Arrangement;

c) Take measures in order to inform the persons concerned of their rights and of the appropriate procedures for the exercise of those rights.

Article 3

Admission to voluntary insurance — Implementation of article 5 of the Agreement

1 — In order to invoke the provisions of article 5(1) of the Agreement, the person concerned shall submit to the competent institution a certified statement relating to the periods of insurance completed under the legislation to which he was last subject.

2 — The certified statement shall be issued, at the request of the person concerned, by the competent institution of the Contracting State to whose legislation he was last subject.

3 — If the claimant does not submit the said certified statement, the competent institution shall obtain it from the competent institution of the other Contracting State.

Article 4

Prevention of overlapping of benefits — Implementation of article 7 of the Agreement

Where in accordance with article 7(3) of the Agreement benefits due are simultaneously reduced, suspended or withdrawn under the legislation of both Contracting States, the reduction, suspension or withdrawal of each of them shall not exceed half the amount corresponding to the one that should have been reduced, suspended or withdrawn from the benefit.

Article 5

Rules on the aggregation of periods of insurance

For the aggregation of periods of insurance completed under the legislation of both Contracting States by virtue of the Agreement, the competent institution shall apply the following rules:

a) Where a period of insurance completed under a compulsory insurance under the legislation of a Contracting State wholly or partly coincides with a period of insurance completed under a voluntary insurance under the legislation of the other Contracting State, only the period completed under the compulsory insurance shall be taken into account by the competent institution;

b) Where a period of insurance, other than an equivalent period, completed under the legislation of a Contracting State coincides with an equivalent period completed under the legislation of the other Contracting State, only the period of insurance in the part where it does not coincide shall be taken into account by the competent institution;

c) Any period treated as equivalent simultaneously, wholly or partly, under the legislations of both Contracting States shall be taken into account only by the institution of the Contracting State under whose legislation the insured person was last compulsorily insured prior to the said period in the part where it does not coincide;

d) In the case mentioned in subparagraph *c)*, where the insured person has not been compulsorily insured under the legislation of a Contracting State before the said period, the latter shall be taken into account by the competent institution of the Contracting State under whose legislation the person was compulsorily insured for the first time after the period in question;

e) Where it is not possible to determine accurately the period of time in which certain periods of insurance were completed under the legislation of a Contracting State, such periods shall be presumed not to overlap with periods of insurance completed under the legislation of the other Contracting State and shall, where advantageous, be taken into account.

TITLE II

Implementation of the general provisions of the Agreement for the determination of the legislation applicable

Article 6

Formalities in cases of posting of an employed person pursuant to article 9(1)(2) and (4) of the Agreement

1 — In the cases covered by article 9(1) and (4) of the Agreement, the competent authority or the competent institution where the worker is insured shall send to the employer or to the worker, according to whether he is an employed or self-employed worker, at his request, a certificate stating that he remains subject to the legislation which they administers, indicating the anticipated period of posting.

2 — The certificate referred to in paragraph 1 contains all information regarding the worker and his employer, as well as the duration of the period of posting, the name and address of the undertaking or body where the work shall be performed, the stamp of the competent authority or of the competent institution and the date of issue.

3 — In the case covered by article 9(1) of the Agreement, the employer, before the term of the first period of twenty four months, shall apply for the consent of the authority or of the designated body of the Contracting State of the place of posting, in a form established for this purpose.

4 — The authority or the designated body of the Contracting State of the place of posting referred to in paragraph 3 shall indicate in the mentioned form the decision taken, send a copy to the employer and send another copy to the authority of the other Contracting State, keeping a third copy for itself.

5 — If the worker ceases the posting before the date established for its term, the undertaking which normally employs him shall communicate this new situation to the competent authority or institution of the Contracting State in which the worker is insured, which immediately informs the competent authority or institution of the other Contracting State.

Article 7

Exercise of right of option by persons employed by diplomatic missions and consular posts — Implementation of article 10(3) of the Agreement

1 — The employed person who has exercised the right of option provided for in article 10(3) of the Agreement shall inform the competent institution of the Contracting State for whose legislation he has opted and, at the same time, notify his employer thereof.

2 — The institution referred to in paragraph 1 shall hand in to the employed person a certificate stating that he is subject to the legislation it administers and inform the competent institution of the other Contracting State.

TITLE III

Implementation of the provisions of the Agreement relating to the different kinds of benefits

CHAPTER I

Sickness and maternity, paternity and adoption Cash benefits

Article 8

Certified statement of periods of insurance — Implementation of article 12 of the Agreement

1 — In order to invoke the provisions of article 12 of the Agreement, the worker shall submit to the competent institution a certified statement specifying the periods of insurance completed under the legislation to which he was last subject.

2 — This certified statement shall be issued at the request of the worker by the competent institution of the Contracting State with which he was last insured.

3 — If the worker does not submit the certified statement the competent institution shall obtain it from the competent institution of the other Contracting State.

Article 9

Cash benefits in the case of residence in a Contracting State other than the competent one — Implementation of article 13 of the Agreement

1 — In order to receive cash benefits under article 13 of the Agreement, the worker shall forthwith submit his

claim to the competent institution, directly or through the institution of the place of residence, which shall forward it to the competent institution.

2 — Subject to article 25 of this Arrangement, the worker referred to in paragraph 1 may, at the request of the competent institution, be submitted to administrative checks and medical examinations according to the rules provided for in the legislation applicable by the institution of the place of residence.

CHAPTER II

Invalidity, old age and survivors' pensions and death benefits

SECTION I

Invalidity, old age and survivors' pensions

Article 10

Submission of claims for benefits — Implementation of articles 15 and 16 of the Agreement

1 — In order to receive invalidity, old age and survivors' pensions under articles 15 and 16 of the Agreement, a worker or his survivor, residing in Portugal or in Moldova, shall submit the claim to the competent institution of the Contracting State in whose territory the person concerned resides, in accordance with the procedures provided for by the legislation administered by that institution.

2 — Where a claimant resides in the territory of a third State, he shall submit the claim to the competent institution of the Contracting State to whose legislation the worker was last subject.

3 — If the claim is submitted to an institution other than those referred to in paragraphs 1 and 2 of this article, this institution shall immediately forward the claim to the institution to which it should have been submitted, indicating the date in which the claim was received.

4 — The date mentioned in paragraph 3 shall be considered as the date on which the claim was submitted to the latter institution.

Article 11

Documents and information

The submission of claims referred to in article 10 of the Arrangement shall be subject to the following rules:

a) The claim must be accompanied by the required supporting documents and must be made on the form provided for by the legislation:

i) Of the Contracting State in whose territory the claimant resides in the case referred to in paragraph 1 of that article 10;

ii) Of the Contracting State to which the worker was last subject in the case referred to in paragraph 2 of the same article 10;

b) The accuracy of the information supplied by the claimant must be established by official documents attached to the claim form, or confirmed by the competent bodies of the Contracting State to which the institution that received the claim belongs;

c) The claimant must indicate, as far as possible, the institution or institutions of both Contracting States with which the worker has been insured, as well as the employer or employers for whom he has worked in those Contracting States.

Article 12

Forms to be used for the investigation of claims

1 — When investigating claims for benefits the institution that receives the claim shall use a liaison form and forward it in duplicate to the competent institution of the other Contracting State.

2 — The transmission of the liaison form shall take the place of the supporting documents as long as the data contained in the form are authenticated by the sending institution which shall certify that the original documents contained in the file match the data given in the form.

Article 13

Procedures to be followed by the competent institutions

1 — The institution that receives the claim shall enter on the form provided for in article 12 of the Arrangement the date on which the claim was submitted, the periods of insurance completed by the worker under the legislation which it administers, as well as the possible rights arising from those periods.

2 — When the claim concerns invalidity benefits the institution referred to in paragraph 1 shall enclose to the liaison form the medical reports available for the application of its own legislation.

3 — The competent institution of the other Contracting State shall complete the liaison form by indicating the periods of insurance completed under the legislation which it administers and the possible rights acquired by the claimant, if necessary, resorting to the aggregation of periods of insurance provided for in article 15 of the Agreement. This institution shall, without delay, return a copy of the form thus completed to the institution that received the claim.

4 — On receipt of the copy of the liaison form, the institution that received the claim, after having determined the entitlement to benefits, if necessary, resorting to the aggregation of periods of insurance provided for in article 15 of the Agreement, shall notify its decision to the competent institution of the other Contracting State.

Article 14

Notification of decisions

The competent institution of either Contracting States shall notify the claimant of its decision, specifying the grounds and the time limits for appeal and send a copy to the competent institution of the other Contracting State.

Article 15

Currency conversion

For the purposes of article 16(5) of the Agreement, the conversion of the pension amounts in the currencies with legal course of both Contracting States shall be made at the official rate of exchange of the day in which that provision shall apply.

SECTION II

Death grants

Article 16

Certified statement of periods of insurance — Implementation of article 17 of the Agreement

In the cases where article 17 of the Agreement apply the competent institution of a Contracting State shall obtain from the competent institution of the other Contracting State a certified statement on the periods of insurance completed under the legislation of the latter Contracting State.

CHAPTER III

Unemployment

Article 17

Payment of benefits — Implementation of article 18 of the Agreement

The unemployment benefits provided for in article 18 of the Agreement shall be paid according to the procedures and the time limits laid down by the legislation applicable in either Contracting State.

CHAPTER IV

Accidents at work and occupational diseases — Cash benefits

Article 18

Cash benefits in the case of residence in a Contracting State other than the competent one — Implementation of article 19 of the Agreement

1 — In order to receive cash benefits under article 19 of the Agreement, a worker or his survivor shall submit the claim directly to the competent institution or through the institution of the place of residence which shall forward it to the competent institution.

2 — The competent institution shall verify the right of the worker and of his survivors in accordance with the legislation which it administers and shall establish the amount of the benefits.

3 — The same institution shall notify directly the claimant of its duly justified decision specifying the grounds and the time limits for appeal.

Article 19

Assessment of the degree of incapacity — Implementation of article 20(1) of the Agreement

1 — In order to assess the degree of incapacity in the cases referred to in article 20(1) of the Agreement, the worker shall supply the competent institution with all information on the accidents at work sustained or the occupational diseases contracted when he was subject to the legislation of the other Contracting State, whatever the degree of incapacity caused by those contingencies.

2 — The information referred to in paragraph 1 shall, as far as possible, be confirmed by the competent institution of the Contracting State in whose territory the accident occurred or the occupational disease was diagnosed.

Article 20

Procedures in the case of exposure to the same risk of an occupational disease in both Contracting States — Implementation of article 21 of the Agreement

1 — In the case covered by article 21 of the Agreement, notification of the occupational disease shall be forwarded to the competent institution of the Contracting State in whose territory the person suffering from the occupational disease last pursued an activity liable to cause the occupational disease in question, or to the institution of the place of residence, which shall forward it, without delay, to the competent institution.

2 — When the competent institution of the Contracting State in whose territory the worker last pursued an activity liable to cause the occupational disease in question ascertains that the worker or his survivors do not meet the conditions of the legislation it administers, even taking into account the provisions of article 20(2)(3) of the Agreement, the said institution shall:

a) Forward, without delay, to the institution of the Contracting State in whose territory the person suffering from the disease previously pursued an activity liable to cause the disease in question, the certified statement and the accompanying documents as well as a copy of the decision referred to under (b);

b) Simultaneously notify the person concerned of its decision to reject the claim, indicating namely, the conditions that need to be met for the entitlement to benefits, the grounds and time limits for appeal, and the date on which the certified statement was forwarded to the investigating institution.

Article 21

Aggravation of an occupational disease Implementation of article 22 of the Agreement

1 — For the purposes of article 22 of the Agreement, the worker shall provide the institution of the Contracting State of his new residence with all necessary information relating to benefits previously granted in respect of the occupational disease in question. The institution may apply to the institution which has previously been competent in order to obtain further information.

2 — In the case covered by article 22(a) of the Agreement, where the worker has not pursued, in the territory of the Contracting State of his new residence, an activity liable to aggravate the occupational disease in question, the institution of his new residence shall send to the competent institution of the other Contracting State a copy of the decision to reject the claim of which the person concerned has already been notified, being applicable, if necessary, the provision of article 20(2) of the Arrangement.

3 — In the case covered by article 22(b) of the Agreement, where the worker has actually pursued in the territory of the Contracting State of his new residence an activity liable to aggravate the occupational disease in question, the institution of his new residence shall inform the competent institution of the other Contracting State of the charge for which it is responsible.

Article 22

Appeal against a decision to reject a claim

Where an appeal is lodged against a decision to reject a claim taken by the competent institution of the Contracting State in whose territory the person suffering from the disease last pursued an activity liable to aggravate

the occupational disease in question, that institution shall inform the institution of the other Contracting State of that fact and of the final decision.

Article 23

Designation of the competent institutions

For the purposes of articles 19 to 22 of the Agreement, the following bodies shall be designated as competent institutions:

a) For the Portuguese Republic, the Social Security Institute, through the National Centre for the Protection of Occupational Risks;

b) For the Republic of Moldova, the National Office of Social Insurance.

TITLE IV

Miscellaneous provisions

Article 24

Duty of information

The competent institutions of either Contracting State shall immediately inform the competent institutions of the other Contracting State of all facts that they take notice, which are relevant for the application of the Agreement and of the present Arrangement, namely those related to the maintenance of the right to the benefits.

Article 25

Administrative checks and medical examinations

1 — Administrative checks and medical examinations of persons entitled to benefits under the legislation of a Contracting State who reside in the territory of the other Contracting State shall be carried out at the request of the competent institution, by the institution of the place of residence or by the liaison body, which may use the services of an institution designated by them.

2 — The competent institution shall, however, reserve the right to have the person entitled to benefits examined by a doctor of choice of the same competent institution.

Article 26

Determination of the degree and group of invalidity

1 — In order to determine the degree and group of invalidity, the institutions of both Contracting States shall take into account the medical reports and the information of an administrative nature obtained by the institution of the other Contracting State, reserving, however, the right to have the claimant examined by a doctor of its own choice.

2 — The costs entailed in administrative and medical control necessary for the provision or review of benefits shall be refunded by the institution on whose behalf they were made to the institution which has been responsible therefore, on the basis of the charges applied by the latter institution.

3 — The refunds referred to in paragraph 2 shall be made through the following institutions:

a) In the Republic of Portugal: the Social Security Institute through the Department for Financial Management;

b) In the Republic of Moldova: the National Office of Social Insurance.

Article 27

Reinstatement of the payment of benefits

When, after the suspension of a benefit granted under the legislation of a Contracting State, the person concerned recovers his right to the same benefit whilst residing in the territory of the other Contracting State, the institutions concerned shall exchange all relevant information with a view to the resumption of the payment of the said benefit.

Article 28

Payment of benefits

The cash benefits due by the competent institutions of the Contracting States shall be paid directly to the person concerned, regardless of his residence being in one or the other Contracting State, without the deduction to that amount of postal and bank fees which shall be borne by the institution responsible for payment.

Article 29

Life and civil status certification

The competent institutions of both Contracting States may ask the person concerned, directly or through the institution of the place of residence, for a life and civil status certificate, as well as other documents necessary to verify the right to or the maintenance of the benefits.

Article 30

Claims, declarations or appeals submitted in the Contracting State other than the competent State — Implementation of article 26 of the Agreement

For the purposes of article 26 of the Agreement, the authority, institution or tribunal of the Contracting State which has received the claim, declaration or appeal, shall forward it without delay to a corresponding authority, institution or tribunal of the other Contracting State, indicating the date of receipt.

Article 31

Joint committee

The competent authorities shall establish a technical joint committee that shall meet alternatively in Portugal and in Moldova, in order to:

- a) Deliver reasoned opinions on questions concerning the interpretation and implementation of the Agreement and of the Arrangement;
- b) Establish the model forms provided for in the Arrangement, as well as the procedures necessary for the implementation of the Agreement and the Arrangement;
- c) Settle up the accounts existing between the institutions of the Contracting States;
- d) Deliver reasoned opinions on any question submitted for analysis by the competent authorities.

Article 32

Entry into force

This Arrangement shall enter into force on the day of its signature, shall produce legal effects since the date of entry into force of the Agreement and shall have the same duration that of the latter.

Done in two copies at Lisbon this 26th day of October 2011, in the portuguese, moldovan and english languages, all texts being equally authoritative. In the event of a divergent interpretation of the portuguese and the moldovan texts, the english text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

Luis Pedro Russo da Mota Soares, Minister of Solidarity and Social Security.

For the Moldova Republic:

Valeriu Turea, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of Moldova Republic to the Portuguese Republic.